

DOI:<https://doi.org/10.23925/2358-4122.73649>

EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM MOÇAMBIQUE: caminhos para o desenvolvimento da inteligência financeira

FINANCIAL EDUCATION IN MOZAMBIQUE: Pathways to Developing Financial Intelligence

Ramos Hilário Ramos¹

RESUMO

A ausência de Educação Financeira (EF) desde a infância em Moçambique tem gerado consequências graves na vida adulta, como consumismo, endividamento e baixa inclusão econômica, o que limita a formação de cidadãos financeiramente conscientes. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo identificar as competências mínimas necessárias ao desenvolvimento da Inteligência Financeira (IF), entendida como a capacidade de planejar, poupar, investir e administrar recursos de forma responsável. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com caráter bibliográfico e documental, utilizando análise de conteúdo para examinar conceitos fundamentais, estratégias de gestão financeira e evidências empíricas sobre a literacia financeira no país. Os resultados revelaram que Moçambique carece de dados consolidados sobre alfabetização financeira, situação que a exclui do ranking global de literacia e evidencia fragilidades estruturais na inclusão financeira, marcada pelo baixo acesso da população a serviços bancários e pelo desconhecimento de noções essenciais como inflação, diversificação de riscos, numeracia e juros compostos. Conclui-se que a educação financeira deve ser incorporada de forma sistemática ao ensino formal desde os níveis iniciais, como prática essencial para a formação de indivíduos disciplinados, críticos e autossuficientes. Recomenda-se, ainda, o fortalecimento de políticas públicas e programas institucionais que ampliem a alfabetização financeira, contribuindo para a inclusão econômica e para o desenvolvimento sustentável do país.

Palavras-chave: Educação financeira, Finanças pessoais, Inteligência financeira, Planejamento financeiro.

ABSTRACT

The absence of Financial Education (FE) from childhood in Mozambique has led to serious consequences in adulthood, such as consumerism, indebtedness, and low economic inclusion, which hinder the formation of financially conscious citizens. In this context, the present study aimed to identify the minimum competencies required for the development of Financial Intelligence (FI), understood as the ability to plan, save, invest, and manage resources responsibly. The research adopted a qualitative approach, of applied nature, with bibliographic and documentary characteristics, employing content analysis to examine fundamental concepts, financial management strategies, and empirical evidence on financial literacy in the country. The results revealed that Mozambique lacks consolidated data on financial literacy, a situation that excludes it from the global literacy ranking and highlights structural weaknesses in financial inclusion, characterized by limited access of the population to banking services and insufficient knowledge of essential notions such as inflation, risk diversification, numeracy, and compound interest. It is concluded that financial education should be systematically incorporated into formal education from the early levels, as an essential practice for the formation of disciplined,

¹. Doutorando em Inovação Educativa (UCM), Mestre em Gestão e Administração Educacional e Licenciado em Contabilidade e Auditoria. Técnico de Finanças na Universidade Rovuma (UR) e Docente do Curso Técnico-profissional de Contabilidade no Instituto Politécnico de Tecnologia e Empreendedorismo (IPET). <https://orcid.org/0000-0001-7308-1102>. E-mail: raramos@unirovuma.ac.mz

critical, and self-sufficient individuals. Furthermore, it is recommended to strengthen public policies and institutional programs that expand financial literacy, thereby contributing to economic inclusion and the sustainable development of the country.

Keywords: Financial Education, Personal Finance, Financial Intelligence, Financial Planning.

Introdução

A ausência de Educação Financeira (EF) desde a infância traz sérias consequências para a vida adulta, como destaca Souza (2012), uma vez que resulta em indivíduos que não valorizam o dinheiro, administram mal seus recursos e enfrentam conflitos familiares decorrentes de prioridades financeiras divergentes. Esses comportamentos refletem-se em consumismo, endividamento e inadimplência, afetando também o equilíbrio emocional e social dos indivíduos. Um estudo de 2023 sobre *O impacto da educação financeira no nível de inclusão financeira em Moçambique*, baseado em dados do Banco Mundial, Banco de Moçambique e Bolsa de Valores de Moçambique, evidencia que a inclusão financeira depende diretamente do nível de alfabetização financeira, revelando uma população ainda pouco instruída nessa área (Ramos, 2023).

Ainda segundo Ramos (2023) para que se formem consumidores disciplinados e responsáveis, é necessário superar barreiras de natureza psicológica, cultural e legal, que dificultam o processo educativo. Souza (2012) reforça que a EF deve iniciar-se na infância e adolescência, promovendo o hábito de poupar, planejar e valorizar o dinheiro, de modo a preparar adultos mais conscientes e organizados. Dados do estudo global sobre Literacia Financeira da *Standard & Poor's* apresentados por Klapper *et al.* (2015) indicam que Moçambique está entre os países com menor nível de EF, evidenciando a relevância do tema.

Diante desse cenário, esta pesquisa busca responder à questão central: quais habilidades e competências tornam os indivíduos inteligentes financeiramente? Além disso, investiga as consequências da falta de EF, bem como seus objetivos e estratégias para reduzir riscos futuros, constituindo uma contribuição teórica robusta com potencial de impacto prático na formação de cidadãos financeiramente conscientes.

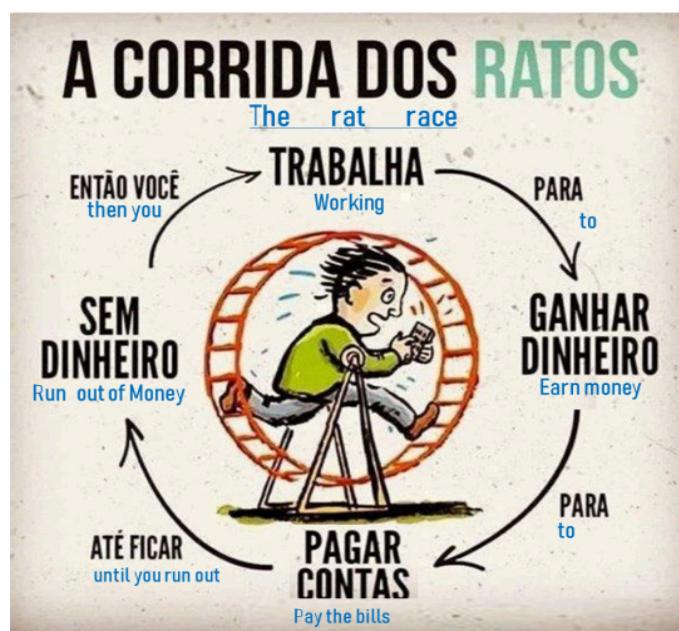
Principais consequências da falta de educação financeira

A ausência de EF ou analfabetismo financeiro, gera impactos profundos na vida dos indivíduos e nas relações sociais. Grande parte desses efeitos decorre das necessidades humanas de consumo, muitas vezes exacerbadas por estímulos publicitários e pela busca constante de satisfação pessoal. Nesse sentido, o modelo de hierarquia das necessidades humanas proposto por Maslow ajuda a compreender as motivações que orientam o comportamento do consumidor. Segundo o autor, as necessidades fisiológicas e de segurança constituem a base da pirâmide, seguidas das sociais, de estima e de autorrealização (Moura, 2018).

Sem o suporte da alfabetização financeira, o desejo de suprir essas necessidades torna-se um gatilho para comportamentos impulsivos e financeiramente prejudiciais. A manipulação publicitária é um dos fatores centrais nesse processo, pois utiliza gatilhos mentais e técnicas de persuasão capazes de induzir decisões irrationais de compra (Rocha *et al.*, 2023; Pacheco, 2022). Exemplos como as campanhas da *Black Friday* ilustram como o marketing explora emoções como desejo, urgência e sensação de oportunidade para estimular o consumo inconsequente (Prado, 2020). Esse comportamento reforça o consumismo, entendido como a busca incessante por bens e serviços muito além das necessidades reais, associando equivocadamente a felicidade à posse de objetos materiais e conduzindo ao endividamento crescente (Moura, 2018). O endividamento, conforme Barbosa *et al.* (2023), resulta do uso de recursos de terceiros para adquirir bens ou serviços. Por sua vez, o sobre-endividamento ocorre quando o devedor perde a capacidade de honrar suas obrigações (Frade, 2008).

Em consequência, surge a inadimplência, caracterizada pelo descumprimento de compromissos financeiros e pela deterioração da estabilidade econômica pessoal (Barbosa *et al.*, 2023). Esse ciclo tende a se perpetuar na chamada “*corrida dos ratos*”, um processo descrito por Ramos (2021) como um círculo vicioso de trabalho e consumo, no qual os indivíduos se veem presos à necessidade de produzir apenas para sustentar gastos, sem alcançar qualquer forma de autonomia ou liberdade financeira. Tal dinâmica reflete a falta de planejamento, de hábitos de poupança e de consciência financeira, elementos que ampliam a vulnerabilidade econômica e social e dificultam a construção de uma vida financeira sustentável.

Figura 1 - Representação da corrida dos ratos



Fonte: adaptado de CARVALHO; CARVALHO, 2024.

O que é Educação Financeira?

Segundo o Banco de Moçambique (2024) a EF é um processo contínuo de aprendizagem e capacitação que visa desenvolver competências para uma gestão consciente dos recursos econômicos, ou seja, consiste num conjunto de ações informativas, instrutivas e de aconselhamento voltadas para que investidores, poupadore e consumidores compreendam os conceitos financeiros fundamentais, os produtos disponíveis e os riscos associados. Desse modo, ao promover o conhecimento financeiro, a EF estimula decisões mais conscientes, fortalece o gerenciamento de riscos e amplia o entendimento sobre direitos e deveres dos consumidores (BM, 2024). Complementando essa visão, Cunto (2021) destaca que a EF busca familiarizar os indivíduos com estratégias de gestão de recursos, bens e investimentos, além de incentivar a criação de múltiplas fontes de rendimento.

Para Ramos (2023) ela se desdobra em duas vertentes: a *pessoal*, que envolve noções de economia doméstica, poupança, investimento e seguros; e a *profissional*, voltada ao domínio de finanças empresariais, leitura e interpretação de relatórios financeiros, fluxo de caixa e governança corporativa. Diversos autores relacionam a EF

ao bem-estar e à qualidade de vida. Rosa (2021) e Cerbasi (2009) apontam que a maioria dos objetivos humanos está ligada ao dinheiro, o que exige planejamento e controle financeiro. Nesse sentido, Schmitz *et al.* (2021) observam que o dinheiro possui duas dimensões: uma econômica, como instrumento de troca e aquisição de bens e serviços, e outra psicológica, associada ao poder, prazer e *status*. A confusão entre dinheiro e riqueza tende a transformar o indivíduo em refém do consumo, moldado por fatores sociodemográficos, culturais e ambientais. O bem-estar financeiro surge, assim, como um dos principais resultados esperados da alfabetização financeira. Trata-se de um estado de segurança e tranquilidade econômica, que possibilita aos indivíduos viver com conforto e liberdade, garantindo estabilidade presente e futura (Schmitz *et al.*, 2021). Lopes e Andrade (2020) acrescentam que fatores como renda, escolaridade e idade influenciam diretamente o nível de alfabetização financeira, enquanto Florêncio *et al.* (2020) alertam que o analfabetismo financeiro aumenta a vulnerabilidade ao endividamento e ao consumismo, especialmente em contextos de crédito fácil e publicidade agressiva. Por sua vez, Guia *et al.* (2023) enfatizam que a alfabetização financeira capacita os consumidores a orçar, economizar, investir, controlar gastos, antecipar riscos e proteger-se das armadilhas do consumo.

No contexto moçambicano, o Banco de Moçambique (2024) estabelece como principais objetivos da EF, os seguintes:

- ✓ *Promover a inclusão financeira*, incentivando o uso de contas bancárias e serviços financeiros formais;
- ✓ *Estimular a poupança*, como mecanismo de segurança para o futuro;
- ✓ *Elevar o nível de literacia financeira*, permitindo escolhas conscientes e responsáveis diante dos produtos financeiros;
- ✓ *Assegurar o conhecimento dos direitos e deveres de consumidores* e instituições financeiras;
- ✓ *Fortalecer a solidez e eficiência do mercado financeiro moçambicano*.

Dessa forma, a EF transcende o simples domínio técnico sobre dinheiro, ela constitui um instrumento de emancipação social, essencial para o desenvolvimento econômico sustentável e para a formação de cidadãos financeiramente conscientes.

Interdisciplinaridade da Educação Financeira

A EF constitui um campo essencialmente interdisciplinar, pois integra saberes provenientes de áreas como economia, finanças, contabilidade, psicologia e educação. Segundo Valero (2020) a interdisciplinaridade corresponde ao relacionamento entre duas ou mais disciplinas que compartilham um mesmo tema ou estabelecem conexões conceituais e práticas. Nessa perspectiva, compreender o comportamento financeiro dos indivíduos exige articular conhecimentos teóricos e metodológicos de diferentes áreas do saber, permitindo uma abordagem mais ampla e integrada dos fenômenos econômicos e sociais.

O contributo das Finanças para a Educação Financeira

As finanças representam um dos pilares fundamentais da EF, pois tratam da obtenção, aplicação e gestão dos recursos econômicos. Conforme Ramos (2023) o estudo das finanças abrange tanto o âmbito empresarial quanto o pessoal, envolvendo a análise das formas de captação de recursos e o planejamento do uso consciente do dinheiro para a satisfação das necessidades e desejos humanos. Dessa Forma, o sistema financeiro e o mercado financeiro assumem papel central na formação e no funcionamento das economias modernas.

Para Selan (2015) o sistema financeiro compreende o conjunto de instituições financeiras e não financeiras, que atuam como entidades normativas, de supervisão e operacionais responsáveis por intermediar a transferência de recursos dos agentes poupadore para os tomadores, estimulando o crescimento econômico. De forma complementar, Pesente (2019) o define como a “espinha dorsal” da economia contemporânea, sustentado por instrumentos e instituições que viabilizam o fluxo financeiro e a circulação de capital. Por sua vez, o Governo de Moçambique, conforme José (2023), conceitua o Sistema Financeiro Nacional (SFN) como o conjunto de instituições sob a supervisão do Banco Central, incluindo instituições de crédito, sociedades financeiras, microfinanças; bem como aquelas sob fiscalização do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique ou Ministério da Economia e Finanças, as

Seguradoras; além das corretoras de valores ou operadores da bolsa, sob supervisão do banco central e a Bolsa de Valores de Moçambique.

Já o mercado financeiro, segundo Pesente (2019) compreende o espaço em que famílias, empresas e governo movimentam recursos financeiros de forma direta ou indireta, facilitando a circulação de capitais nos segmentos cambial, de crédito, monetário, de seguros e de capitais.

Assim sendo, o *mercado cambial* é o segmento responsável pela conversão de moedas (de metical para dólar, euro ou real e vice-versa), viabilizando operações de importação e exportação e assegurando o equilíbrio das transações internacionais. Envolve principalmente bancos comerciais, de investimento e sociedades de corretoras, sob supervisão do Banco Central (Júnior; Goulart, 2011; Pesente, 2019).

O *mercado de crédito*, por sua vez, destina-se ao financiamento para consumo e capital de giro, permitindo que pessoas e empresas obtenham recursos para investir ou suprir necessidades imediatas. As instituições financeiras captam recursos dos poupadore e os repassam aos tomadores mediante o pagamento de juros ou *spreads* (Júnior; Goulart, 2011; Pesente, 2019).

No *mercado monetário*, o Banco Central atua por meio de políticas monetárias que controlam a liquidez econômica e as taxas de juros, ajustando a quantidade de moeda em circulação conforme as condições macroeconômicas. Em Moçambique, esse processo ocorre por meio da taxa de referência denominada *MIMO - Taxa de Mercado Monetário Interbancário de Moçambique* (Júnior; Goulart, 2011; Mauad, 2023).

O *mercado de seguros* tem a função de proteger indivíduos e organizações contra riscos diversos, oferecendo produtos classificados em Ramo Vida (seguros pessoais e financeiros) e Ramo Não Vida (seguros patrimoniais e de responsabilidade). Esse segmento garante segurança e estabilidade econômica, atuando como importante mecanismo de mitigação de riscos (Batista, 2021; Neves, 2020).

Quadro 1 - Seguros Ramo Vida e Não Vida

	Ramo Vida		Ramo Não Vida	
	Designação	Cobertura	Designação	Cobertura

Seguros Individuais	Seguro de vida	Este seguro, garante pagamento do capital seguro ao beneficiário, em caso de morte da pessoa segura, ou o pagamento à pessoa segura em caso de invalidez total e permanente.	Seguro de Saúde	Consultas, medicamentos, internamento hospitalar, parto normal, cesariana, estomatologia, próteses e ortóteses, vacinas, assistência domiciliaria, consultas de psiquiatria, psicologia e extensão ao estrangeiro.
			Seguro Automóvel	Responsabilidade civil; ocupantes da viatura, quebra isolada de vidros, choque, colisão, capotamento, incêndio, raio, explosão, furto, roubo e assistência ao veículo.
			Seguro Funeral	Em caso de falecimento da pessoa segura, nos dois primeiros anos do contrato, os beneficiários recebem os prémios pagos, em caso de falecer depois dos dois primeiros anos, o capital do contrato só é recebido pelos beneficiários após o pagamento de duas anuidades de prémios.
			Seguro de Viagem	Garante o pagamento de capitais e/ou indenização por danos ou lesões corporais em consequência de acidente que ocorra durante o período de viagens, garantindo ainda um conjunto alargado de cobertura de assistência.

Fonte: FIDELIDADE ÍMPAR, 2024.

Por sua vez, a *previdência social* integra o conjunto de mecanismos que compõem o sistema financeiro e de proteção econômica de um país, estabelecendo uma relação direta com a EF, na medida em que envolve planejamento de longo prazo e gestão de riscos futuros. Segundo Camarano e Fernandes (2016) a previdência social funciona como um seguro público, fundamentado em políticas associadas ao mercado de trabalho, destinado a oferecer cobertura contra riscos de incapacidade laboral, sejam eles decorrentes de doença, invalidez, aposentadoria, idade ou morte. Trata-se, portanto, da principal fonte de renda e segurança social para os trabalhadores aposentados. O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS, 2024) complementa que o seguro social tem por objetivo garantir proteção e subsistência aos trabalhadores e seus dependentes em situações de redução de capacidade ou falecimento, contribuindo assim, para a redução das desigualdades entre os economicamente ativos e os inativos.

Por último, mas não menos importante, destaca-se o *mercado de capitais* que representa outro componente essencial do sistema financeiro e é o principal meio de financiamento de longo prazo para empresas e governos. De acordo com Júnior e Goulart (2011) esse segmento abrange operações de médio, longo e prazos indeterminados, voltadas ao financiamento de capital permanente, sendo regulado e supervisionado pela Bolsa de Valores de Moçambique (BVM). Pesente (2019) explica que o mercado de capitais permite aos poupadore e investidores adquirir títulos e ações, tornando-se acionistas de empresas e participando dos seus resultados, mediante riscos proporcionais à rentabilidade esperada. O mercado de capitais divide-se em dois segmentos: o *mercado primário*, onde os títulos são emitidos pela primeira vez, e o

mercado secundário, que possibilita a negociação de títulos já emitidos, garantindo liquidez, transparência e circulação contínua dos ativos.

Nesse contexto, a Bolsa de Valores constitui um espaço organizado e regulado para a compra e venda de ações (por intermédio das corretoras de valores mobiliários), assegurando transparência, acesso à informação e proteção aos investidores (Pesente, 2019). Os *investimentos financeiros*, por sua vez, representam a materialização prática do conhecimento financeiro. Segundo Jardim e Soares (2020), eles se classificam em renda fixa e renda variável. Os investimentos de *renda fixa* apresentam rentabilidade previsível e baixo risco, sendo indicados a investidores iniciantes. Já os investimentos de *renda variável* possuem retornos incertos, oscilando conforme o mercado, o que implica maior risco, mas também potencial de ganhos superiores. Assim, compreender as características, as vantagens e os riscos associados a cada categoria de investimento torna-se condição indispensável para a tomada de decisões financeiras conscientes, responsáveis e alinhadas ao perfil do investidor.

Quadro 2 - Categorias de investimentos financeiros

Renda fixa		Renda Variável	
Designação	Descrição	Designação	Descrição
Poupança	É um tipo de investimento ou conta aberta junto a um banco com baixo risco, baixo retorno, seguro e com alta liquidez.	Ações	São papéis ou títulos que representam a menor parcela do capital de uma empresa e que tornam acionista quem as possui, podendo ser ordinárias as que conferem direito aos lucros e a decidir sobre o rumo da empresa por voto, e as preferências que dão direito primário ou preferencial na receção de lucros (sem direito a voto).
Obrigações	São títulos de renda fixa emitidos por empresas ou pelo estado, estas representam um empréstimo de médio e longo prazo voltado ao financiamento das despesas, quem compra obrigações se torna credor e adquire direito de receber juros e o capital no final do período a vigorar o empréstimo (BVM, 2024).	FII's	Fundos de investimentos imobiliários ou <i>Real Estate Investment Trusts</i> (REITs) em inglês, são fundos que por meio da compra de quotas tornam o detentor sócio ou dono de imóveis pertencentes ao fundo, tais como: shoppings, escritórios, armazéns e lojas.
Papel Comercial	A semelhança das obrigações estes também são títulos representativos de dívida, porém com prazos de até um ano, comumente usados para reforçar a tesouraria das empresas (BVM, 2024).	Commodities	São mercadorias ou matéria-prima básica comercializadas na bolsa de mercadorias e futuro, tais como: minerais (petróleo, ouro e gás natural), agrícola (algodão, trigo e café) e financeiras (dólar, euro, real, metical e títulos públicos).

Fonte: Adaptado de JARDIM e SOARES, 2020.

O contributo da Contabilidade para a Educação Financeira

A Contabilidade desempenha papel fundamental na EF, na medida em que fornece instrumentos que permitem compreender, registrar e analisar a situação econômica e patrimonial de indivíduos e organizações. Para Ávila (2010) a contabilidade é uma ciência e técnica de mensuração e interpretação do patrimônio,

englobando bens, direitos e obrigações. Já Velter e Missagia (2009) explicam que o patrimônio é composto por três elementos: ativo (bens e direitos), passivo (obrigações) e patrimônio líquido, que representa os recursos próprios ou a riqueza líquida do indivíduo ou entidade. Dessa forma, possuir riqueza não significa apenas acumular dinheiro, mas sim manter um equilíbrio entre ativos e passivos, de modo que haja predomínio de bens e direitos sobre dívidas.

Outro aspecto central é a distinção entre receitas, despesas e lucros. Segundo Bächtold (2018) receitas correspondem às entradas financeiras provenientes de vendas ou serviços, enquanto as despesas são saídas de recursos para consumo ou satisfação de necessidades; o lucro resulta da diferença positiva entre ambos. Adicionalmente, Ramos *et al.* (2024) ressaltam que o sistema tributário interfere diretamente na EF, uma vez que os impostos diretos (como o IRPS) incidem sobre a renda e os impostos indiretos (como o IVA) sobre o consumo, impactando o poder de compra e o planeamento financeiro dos cidadãos. Portanto, o domínio de conceitos e técnicas contábeis básicos favorece o planejamento financeiro, controle orçamental, o equilíbrio patrimonial e a tomada de decisões mais informadas e conscientes.

O contributo da Economia para a Educação Financeira

A Economia contribui para a EF ao explicar como os indivíduos e a sociedade gerem recursos escassos e tomam decisões diante de alternativas. Para Oliveira (2008) trata-se de uma ciência social dividida em *microeconomia*, voltada às decisões individuais (consumo e produção), e *macroeconomia*, que analisa variáveis globais, como inflação, renda e crescimento. Assim, compreender conceitos econômicos básicos é essencial para interpretar o comportamento dos mercados e seus impactos nas finanças pessoais. Assim sendo, iniciamos com desmistificação do termo "lei da oferta e da procura", conforme Jardim e Soares (2020), esta estabelece que preços tendem a cair quando há excesso de oferta e aumentar quando a procura supera a disponibilidade do produto. Esse mecanismo ajuda o consumidor a compreender variações de preço e a tomar decisões de compra mais estratégicas.

Passamos a inflação, que segundo Guerra e Taneja (2014) representa a elevação geral e contínua dos preços, reduzindo o poder de compra da moeda. Nessa perspectiva, Silva (2022) acrescenta que os bens substitutos funcionam como alternativas de consumo mais acessíveis, permitindo ao consumidor ajustar-se a aumentos de preços

sem comprometer o orçamento, na impossibilidade de consumir frango se consume peixe. Quanto ao custo de oportunidade outro conceito extremamente importante, segundo Reis (2023) representa o benefício renunciado ao escolher uma opção em detrimento de outra, são noções fundamentais para planejar gastos e avaliar decisões financeiras, por exemplo, ao optar pela compra de um iPhone novo, renuncia-se à possibilidade de investir o mesmo valor e obter retornos futuros. Dessa forma, a Economia fornece à EF as bases conceituais necessárias para compreender preços, rendimentos, riscos e escolhas racionais de consumo e investimento, fortalecendo a capacidade de tomar decisões financeiras mais eficientes.

O contributo da Matemática Financeira para a Educação Financeira

A Matemática Financeira desempenha um papel complementar na EF, ao fornecer ferramentas quantitativas para avaliar o valor do dinheiro no tempo e projetar ganhos ou perdas em operações financeiras. Segundo Magalhães (2015), o valor do dinheiro varia com o tempo em razão da inflação, que reduz seu poder de compra, ou dos rendimentos de aplicações financeiras que aumentam o capital. Portanto, compreender conceitos relacionados ao tempo e aos juros é fundamental para o planejamento financeiro pessoal e profissional. Os juros representam o custo do dinheiro emprestado ou o retorno de um investimento. No *regime de juros simples*, a taxa incide apenas sobre o capital inicial (Guerra; Taneja, 2014). Em contrapartida, os juros compostos, conforme observado por Albert Einstein e citado por Martins (2021) são considerados “a maior invenção da humanidade, porque permitem uma confiável e sistemática acumulação de riqueza”. Diferentemente do regime simples, nos juros compostos a taxa é incorporada ao capital ao final de cada período, fazendo com que incida sobre o montante acumulado e gerando crescimento exponencial. A aplicação prática desses conceitos capacita o indivíduo a planejar investimentos, controlar dívidas e compreender o impacto das taxas financeiras ou dos empréstimos bancários sobre seu patrimônio ou poder aquisitivo.

Código de Defesa do Consumidor

A EF não se restringe à gestão do dinheiro, à poupança ou ao investimento, ela também envolve o conhecimento dos direitos e deveres do consumidor nas relações de

consumo. Nesse contexto, o Código de Defesa do Consumidor Moçambicano, regulamentado pelo Decreto n.º 27/2016, de 18 de julho, estabelece princípios fundamentais que visam proteger o consumidor e garantir equilíbrio nas relações comerciais entre fornecedores e clientes. De acordo com o artigo 2.º, o regulamento aplica-se a todas as pessoas singulares e coletivas, públicas ou privadas, que exerçam atividades de produção, importação, distribuição ou comercialização de bens e serviços mediante pagamento.

Entre os principais dispositivos, destaca-se *o dever de informação*, previsto no artigo 4.º, que obriga o fornecedor a disponibilizar dados claros e completos sobre o produto ou serviço, preço, riscos de uso, condições de pagamento, taxas de juros e garantias, assegurando transparência e confiança nas transações comerciais. Já o artigo 6.º *Garantias do Consumidor*, salienta que todo o fornecedor é obrigado por lei a oferecer garantias de bom funcionamento do bem vendido, no caso de bens móveis o período não poder ser inferior a um ano contando da data de aquisição do mesmo (excetuando os casos de mau uso), para bens imóveis a garantia mínima é de cinco anos contado a partir da data da sua aquisição. No que diz respeito aos *Defeito de Bens e Serviços*, todo produto que não reúne condições de segurança e qualidade, não apresenta prazo de validade, modo de fornecimento, período de fornecimento, informações sobre o produto ou serviço em língua portuguesa e prazos de suas garantias, consideram-se defeituosos (Artigo 9 do decreto nº 27/2016).

Vícios de Qualidade, em caso de produtos viciados que não se consiga reparar o vício, o consumidor pode pedir a substituição do produto por outro similar, restituição imediata da quantia ou redução proporcional do preço (Artigo 11 do decreto nº 27/2016). A legislação também proíbe publicidade enganosa e abusiva (artigo 19.º) é uma publicidade enganosa, quando a comunicação é totalmente ou parcialmente falsa ou adulterada que induz o consumidor ao erro sobre as características, qualidade, quantidade, propriedade, origem e preço. É abusiva quando promove a discriminação e incite a violência. Por fim, o artigo 32.º estabelece sanções para infrações, como multas, suspensão de atividades, apreensão de produtos e revogação de licenças, reforçando o compromisso com práticas comerciais éticas e transparentes. Por sua vez, por meio do portal do consumidor financeiro o Banco de Moçambique, estabelece que estes têm direito à informação clara, liberdade de escolha, mobilização antecipada de depósitos, liquidação antecipada (total ou parcial) de créditos e desistência contratual com

devolução de valores conforme as regras. As instituições devem garantir transparência, condições contratuais explícitas e redução proporcional de encargos. Já os consumidores devem analisar informações, agir com boa-fé, cumprir contratos, atualizar dados fornecendo informações verdadeiras e usar corretamente os serviços financeiros (BM, 2025).

Portanto, compreender o Código de Defesa do Consumidor constitui parte essencial da alfabetização financeira, uma vez que amplia a consciência crítica dos cidadãos sobre seus direitos econômicos e deveres nas relações de consumo, promovendo decisões mais seguras, informadas e responsáveis no mercado.

Gestão de Finanças Pessoais

A gestão de finanças pessoais compreende o conjunto de conhecimentos e habilidades teórico-práticas que possibilitam a tomada de decisões financeiras conscientes e eficazes frente à ampla oferta de produtos e serviços financeiros disponíveis no mercado. Trata-se da administração racional de recursos escassos, envolvendo etapas de planejamento, controle, economia e investimento, com o objetivo de garantir estabilidade financeira e bem-estar econômico (Costa *et al.*, 2021). Segundo Cozer (s.d.) uma das estratégias mais eficazes para a organização das finanças pessoais é o método 50/30/20, que propõe a alocação de 50% da renda para despesas fixas e essenciais, 30% para gastos variáveis ou não essenciais, e 20% para reservas financeiras e projetos pessoais, incluindo poupança e investimentos. Essa distribuição busca equilibrar consumo, segurança e crescimento patrimonial, promovendo hábitos financeiros saudáveis e sustentáveis.

Planejamento Financeiro

O planejamento financeiro constitui uma das etapas centrais da gestão financeira, sendo entendido, segundo Ivanowski (2015) como o ato de traçar previamente o caminho a seguir para alcançar objetivos definidos, administrando os recursos de forma estratégica a fim de preservar ou ampliar o patrimônio pessoal. Costa *et al.* (2021) complementam que o planejamento financeiro consiste em um programa cronológico de curto, médio e longo prazo, voltado ao controle das despesas, redução de dívidas e estímulo à poupança e ao investimento. Para Florêncio *et al.* (2020) essas práticas permitem conhecer as receitas e controlar as despesas, direcionando os recursos

conforme metas financeiras específicas sejam elas de curto prazo (até 1 ano), de médio prazo (2 a 5 anos) ou de longo prazo (acima de 5 anos). No entanto, Costa *et al.* (2021) alertam que, embora o planejamento proporcione segurança e estabilidade, a sua execução exige disciplina e autocontrole, sendo desafiador resistir às tentações do consumo impulsivo e manter a constância necessária para atingir os objetivos propostos.

Quadro 3 - Objetivos do planejamento financeiro

	Classe Baixa	Classe Média	Classe Alta
Foco /Objetivo	Sobrevivência	Conforto	Liberdade Financeira / Riqueza
Tipo de planejamento	Diário (momentâneo)	Mensal (curtíssimo prazo)	Anual / Décadas (Longo prazo)

Fonte: Adaptado de ZRUEL, 2016.

Orçamento e Planejamento Financeiro Pessoal

Segundo Bomfim (2007) o orçamento pessoal constitui o instrumento operacional do planejamento financeiro, permitindo transformar metas em ações concretas. Ele deve contemplar estimativas de receitas, despesas, custos e investimentos, bem como a avaliação contínua do nível de execução, funcionando como um guia de controle e tomada de decisão. Para Silva (2022) o plano financeiro é um caminho estratégico para alcançar liberdade e segurança financeira, conduzindo o indivíduo da sua situação atual para o estado desejado. Esse processo envolve cinco etapas interligadas e dinâmicas.

- I. *Avaliação da situação atual* - requer a identificação das fontes de renda, a classificação das despesas (fixas, variáveis, essenciais e supérfluas) e o registro detalhado de todos os gastos, de modo a revelar o panorama real das entradas e saídas financeiras (Silva, 2022).
- II. *Definição de metas* - antes de iniciar qualquer jornada, é essencial saber o destino, o tempo necessário, os recursos envolvidos e o custo total da percurso. Analogamente, as metas financeiras representam alvos que para sua materialização necessitam de dinheiro, e para além de saber o custo por meta, deve-se conhecer o período de tempo necessário para atingi-la. Exemplo de metas financeiras: compra de um relógio, roupas, telefone, eletrodoméstico, mobiliário, viatura, casa própria, abertura de negócio, aniversários, casamentos e formações (Silva, 2022).
- III. *Desenvolvimento do Plano Financeiro* - Silva (2022) diz que um bom plano financeiro deve ser sólido, seguro e realista, evitando contradições e desastres

nas finanças pessoais. Este deve nascer dos objetivos pessoais e ser realista considerando sempre a liquidez (recursos disponíveis), proteção (contratação de seguros), flexibilidade (adaptabilidade às possíveis mudanças) e considerar os impostos (a contribuição do cidadão ao orçamento do estado, tributado nos rendimentos, na riqueza e no consumo).

- IV. *Implementação do Plano Financeiro* - o plano financeiro pode ser também entendido como uma ferramenta ou mapa, que após iniciar a jornada dirá o que já foi feito, o ponto atual e o que falta fazer para chegar ao destino (acompanhado de informações sobre quanto se gastou, quanto se tem e quanto falta para se gastar), na implementação deste a rota pode ser ajustada de acordo com as mudanças ocorridas desde que não se mude ou cancele a meta (Silva, 2022).
- V. *Revisão do Plano e Sua Execução* - consiste na revisão contínua do plano, adaptando-o às mudanças nos objetivos de vida. Por exemplo, aos 18 anos, a prioridade pode ser formação superior e emprego; aos 25 anos, aquisição de carro pessoal; aos 30 anos, compra da casa própria, constituição de família e filhos. Essa adaptação garante que o plano financeiro permaneça coerente com as prioridades individuais em constante evolução (Silva, 2022).

Quadro 4 - Estrutura do orçamento pessoal ou familiar

Descrição dos nomes das contas lançadas	Janeiro	Fevereiro	Março	...	Dezembro
Relação de Receitas Brutas (<i>salário +aluguel +juros +...</i>)					
(-) Relação de Tributos Retidos na Fonte					
= Total de Receitas Líquidas					
(+) Relação de Despesas Fixas					
- <i>Habitação (Aluguel ou Prestação da Casa)</i>					
- <i>Seguro de Saúde, do Veículo ou da Casa</i>					
- <i>Educação (Mensalidade da Escola ou Universidade)</i>					
- <i>Alimentação (Compras mensais)</i>					
- <i>Transporte, Empréstimos a pagar.</i>					
- <i>Água, Luz, Gás, Internet e Assinatura de TV</i>					
- <i>Despesas Pessoais</i>					
(+) Relação de Despesas Eventuais					
- <i>Doações, Cinema e Manutenção do Veículo.</i>					
- <i>Presentes (Aniversário, Casamento entre outros...)</i>					
- <i>Viagens, Vestuário e atividades recreativas</i>					
= Saldo Disponível					
(+) <i>Sobra de Caixa do Mês Anterior</i>					
(-) <i>Aplicações Financeiras do Período (Investimentos)</i>					
= Sobra de Caixa do Mês Corrente					
= Sobra de Caixa Total					

Fonte: Adaptado de CERBASI, 2015.

Segundo Cerbasi (2015) a forma mais eficaz de controlar as despesas mensais e cumprir pontualmente os compromissos financeiros consiste em visualizar

antecipadamente cada pagamento e seu respectivo vencimento, permitindo-se planejar e organizar os recursos de forma preventiva.

Quadro 5 - Calendário de despesas fixas

Dia 1 -Pagar a Empregada	Dia 2 - Barbeiro - Salão de Cabeleireiro	Dia 3 - Conta de Luz	Dia 4 - Conta de Água	Dia 5 -Combustível	Dia 6 - Pagar Gás	Dia 7	Dia 8
Dia 9	Dia 10 - Internet	Dia 11	Dia 12	Dia 13 - TV a Cabo - Streaming	Dia 14	Dia 15	Dia 16 - Plano de Saúde
Dia 17 - Barbeiro - Salão de Cabeleireiro	Dia 18 (+) Datas possíveis de recebimento do salário	Dia 19	Dia 20 -Pagar Aluguel - Combustível	Dia 21 - Compras mensais (alimentação)	Dia 22 - Empréstimo Bancário	Dia 23 - Academia - Escola / Universidade	Dia 24 - Mesada das crianças
Dia 25 - Cartão de Crédito	Dia 26 - Poupança	Dia 27 - Reserva de emergência	Dia 28	Dia 29	Dia 30	Dia 31	

Fonte: Adaptado de CERBASI, 2015.

Reserva de Emergência

A reserva de emergência constitui um dos pilares fundamentais da gestão financeira pessoal, sendo destinada a cobrir imprevistos econômicos que possam comprometer a estabilidade financeira do indivíduo ou da família. Segundo Nunes (2021) essa reserva deve garantir segurança diante de situações inesperadas, como perda de emprego, despesas médicas urgentes, manutenção residencial ou automotiva inadiável e outros eventos imprevistos que exijam recursos imediatos. Para cumprir sua função de proteção, os valores destinados à reserva devem estar aplicados em investimentos de alta liquidez e baixo risco, preferencialmente em poupanças ou títulos de renda fixa com possibilidade de resgate imediato. O montante ideal, conforme orienta Nunes (2021), deve corresponder ao equivalente a seis meses de salário ou do total das despesas essenciais mensais, assegurando condições mínimas de sustento e continuidade das obrigações financeiras durante períodos de instabilidade.

O que é Inteligência Financeira?

A Inteligência Financeira (IF) constitui uma habilidade estratégica de gestão das finanças pessoais, baseada na aplicação consciente de conhecimentos e atitudes voltados ao alcance dos objetivos individuais e familiares de curto, médio e longo prazo. Segundo Marques (2024) essa competência envolve aumentar a renda, reduzir custos, equilibrar despesas atuais e futuras, poupar, investir e proteger o patrimônio, de modo a promover estabilidade e sustentabilidade financeira. Para Nyari *et al.* (2020) a IF

destaca-se pela organização racional dos rendimentos e gastos, funcionando como instrumento preventivo contra o endividamento e a falência pessoal. Mais do que administrar o dinheiro, a IF ensina a fazer o dinheiro trabalhar a favor do indivíduo, exigindo EF contínua, planejamento sistemático, tomada de decisões fundamentadas e diversificação de investimentos (Marques, 2024). Ela também pressupõe proteção financeira, por meio da criação de reservas e planos de segurança que antecipem riscos e assegurem o futuro. Um dos pilares da IF é o *mindset*, termo que designa o conjunto de crenças e atitudes mentais que moldam a relação do indivíduo com o dinheiro. Conforme Gomes (s.d.) o *mindset* fixo limita o crescimento pessoal ao acreditar que as habilidades são imutáveis, enquanto o *mindset* de crescimento caracteriza pessoas abertas à aprendizagem, à mudança e à aquisição de novas competências traço essencial de indivíduos financeiramente inteligentes.

Outro componente essencial é a inteligência emocional financeira, que, segundo Ferraz (2024) refere-se à capacidade de compreender e controlar as próprias emoções diante de decisões econômicas. Manter o equilíbrio emocional reduz impulsos de consumo, medo excessivo de investir ou euforia irracional diante de ganhos, conduzindo a escolhas mais conscientes e racionais. Por fim, a disciplina financeira representa o elemento que sustenta todos os demais. Conforme Barbosa (2022) ela consiste na adoção de hábitos e procedimentos consistentes, voltados ao controle do comportamento, cumprimento de metas e resistência às tentações de consumo, sendo indispensável para a execução eficaz do plano financeiro e para o desenvolvimento pleno da IF.

Figura 2 – Pilares da inteligência financeira



Fonte: Gerada pelo NOTEBOOKLM aos 05.12.2025

A IF depende da combinação entre conhecimento técnico e comportamento. No âmbito técnico, inclui alfabetização financeira, planejamento e gestão de riscos, como reserva de emergência e diversificação. No âmbito comportamental, envolve inteligência emocional, disciplina e tomada de decisão racional. Assim, a figura 2 mostra que ser financeiramente inteligente requer tanto entender conceitos financeiros quanto adotar atitudes que sustentem escolhas equilibradas e eficazes.

Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa tem como objetivo central descrever as competências mínimas necessárias para o desenvolvimento da IF por meio da EF. Para atingir esse propósito, adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada e com caráter bibliográfico, documental e descritivo, utilizando como método de análise de dados a análise de conteúdo. De acordo com Ramos e Mazalo (2024) as pesquisas de natureza aplicada são aquelas que contribuem para a construção de conhecimentos voltados à solução de problemas reais, enquanto a abordagem qualitativa se caracteriza pela interpretação profunda dos dados, buscando compreender significados e relações não quantificáveis.

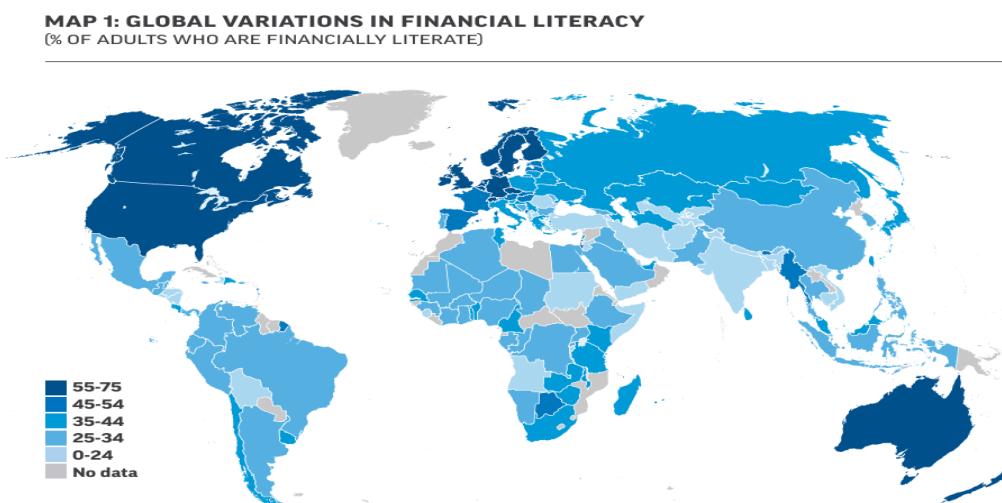
Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Conforme Gil (2017) a pesquisa bibliográfica fundamenta-se em materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e fontes digitais, servindo de base teórica para o estudo. A pesquisa documental, por sua vez, recorre a documentos originais ou institucionais ainda não analisados sistematicamente, como relatórios, legislações, dados contábeis e econômicos, sendo amplamente utilizada nas ciências sociais aplicadas. Em relação ao objetivo, a pesquisa é descritiva, pois busca apresentar, caracterizar e interpretar detalhadamente os elementos essenciais da educação e da IF, de modo a compreender suas dimensões teóricas e práticas. Após a coleta e seleção do material bibliográfico e documental, procedeu-se à análise e interpretação dos conteúdos, com base na técnica de análise de conteúdo, considerada por Ramos e Mazalo (2024) a mais adequada para decifrar significados implícitos e mensagens subjacentes nos dados qualitativos. Para a busca e seleção das fontes, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “*Educação Financeira*”, “*Inteligência Financeira*”, “*Finanças*”, “*Finanças Pessoais*”, “*Planejamento Financeiro*”,

“Mercado Financeiro”, “Matemática Financeira”, “Contabilidade e Finanças”, “Economia e Finanças” e “Investimentos Financeiros”.

Resultados e Discussão

Nesta seção apresentam-se as principais descobertas obtidas a partir da pesquisa bibliográfica e documental. O resultado mais expressivo refere-se ao Estudo Global de Alfabetização Financeira desenvolvido pela *Standard & Poor's Ratings Services*, o qual evidencia a ausência de dados consolidados sobre o nível de literacia financeira da população adulta moçambicana. Essa lacuna de informação impossibilitou a classificação do país no ranking mundial de EF, uma vez que não foram disponibilizados indicadores referentes aos quatro domínios avaliados: diversificação de riscos, inflação, numeracia e juros compostos. De modo geral, os resultados revelam que a literacia financeira desempenha um papel fundamental na formação de competências de gestão e aplicação de recursos, permitindo que os indivíduos desenvolvam hábitos financeiros mais conscientes e sustentáveis. Pois, a EF familiariza os cidadãos com os principais conceitos e instrumentos financeiros, capacitando-os a planejar, poupar, investir e proteger seus ativos, reduzindo vulnerabilidades e ampliando a inclusão econômica (Cunto, 2021).

Figura 3 - % de adultos alfabetizados financeiramente a nível mundial



Fonte: KLAPPER *et al.*, 2015.

Segundo os dados do Relatório Global de Alfabetização Financeira, Moçambique figura entre os países com adultos que apresentam baixos níveis de literacia financeira, resultado que se deve, em grande parte, à ausência de informações

suficientes para a sua classificação formal. Essa limitação revela não apenas uma carência de dados estatísticos confiáveis, mas também uma fragilidade estrutural na promoção da EF no país. Para alcançar tal diagnóstico, o estudo baseou-se na aplicação de um conjunto de questões padronizadas sobre alfabetização financeira, as quais avaliam o conhecimento dos indivíduos em relação a conceitos fundamentais, como diversificação de riscos, inflação, numeracia e juros compostos. A seguir, a Tabela 6 apresenta as principais questões utilizadas na pesquisa e os temas avaliados.

Quadro 6 - Questões avaliativas do nível de alfabetização financeira a nível do mundo

DIVERSIFICAÇÃO DO RISCO			
Suponha que tem algum dinheiro. É mais seguro aplicar o seu dinheiro em?	1	a) Uma empresa ou investimento; b) Várias empresas ou investimentos; c) Não sei;	
INFLAÇÃO			
Suponha que, nos próximos 10 anos, os preços dos bens que compra duplicam. Se o seu rendimento também duplicar, poderá comprar menos do que pode comprar atualmente, o mesmo que pode comprar ou mais?	2	a) Menos; b) O mesmo; c) Mais; d) Não sei;	
NUMERACIA (JUROS)			
Suponha que precisa de pedir emprestado 1.000,00 Meticais. Qual é o montante mais baixo a pagar?	3	a) 1.050,00 Meticais; b) 1.000,00 Meticais mais 3%; c) Não sei;	
JUROS COMPOSTOS			
Suponha que deposita dinheiro no banco durante dois anos e que o banco concorda em acrescentar 15% por ano à sua conta. O banco acrescentará mais dinheiro à tua conta no segundo ano, ou em ambos os anos?	4	a) Mais no segundo ano; b) O mesmo em todos anos; c) Não sei; d) Recusou-se a responder.	
Suponha que tem 1.000,00 Meticais numa conta poupança e que o banco acrescenta 10% por ano à conta. Quanto dinheiro teria na conta ao fim de cinco anos se não retirasses nenhum dinheiro da conta?	5	a) Mais de 1.500,00 Meticais; b) Exactamente 1.500,00 Meticais; c) Menos de 1500,00 Meticais; d) Não sei;	
Respostas:		3. b	
1. b		4. a	
2. b		5. a	

Fonte: Adaptado de KLAPPER *et al.*, 2015.

Com base nesses quatro domínios avaliados diversificação de riscos, inflação, numeracia e juros compostos, o estudo global realizou um apuramento comparativo entre os países, classificando-os segundo a escala apresentada na Figura 3. Nessa representação, os países com maior índice de respostas corretas foram identificados pela cor azul-cobalto, os com menor desempenho pela cor azul-claro, e aqueles sem dados disponíveis, como Moçambique, pela cor cinzenta. Esse resultado confirma a análise de Ramos (2023) segundo o qual a EF é condição prévia para a inclusão financeira, uma vez que o domínio das finanças pessoais favorece o acesso consciente a produtos e serviços bancários. No caso de Moçambique, observa-se um baixo nível de inclusão financeira, com apenas 12,2% dos homens (de um total de 13,3 milhões) e 6,6% das mulheres (de um total de 14,5 milhões) possuindo conta bancária ativa. Esses dados

evidenciam não apenas a escassa literacia financeira da população, mas também a distância significativa que ainda separa o país do alcance da IF e da plena inclusão econômica.

Considerações Finais

Com base na análise desenvolvida, conclui-se que a EF é um componente essencial da formação humana, equiparável em importância à educação cívica, moral e ética, devendo integrar o sistema de ensino formal moçambicano nos níveis primário, secundário, superior e de alfabetização de adultos. Os resultados indicam que o baixo nível de literacia financeira da população adulta moçambicana está diretamente relacionado à fragilidade da inclusão financeira no país, conclusão que se confirma pela ausência de dados consolidados no Estudo Global de Alfabetização Financeira e pelo fato de Moçambique não ter sido classificado no ranking mundial. Essa lacuna de informação especialmente nos domínios de diversificação de riscos, inflação, numeracia e juros compostos, revela não apenas a insuficiência estatística, mas também uma carência estrutural na formação financeira da população.

Respondendo ao problema de pesquisa, verificou-se que as habilidades e competências que tornam um indivíduo financeiramente inteligente envolvem a combinação equilibrada entre conhecimento técnico e comportamento. No domínio técnico, destacam-se a alfabetização financeira e econômica, que contempla o planejamento, a organização das finanças pessoais e a gestão de riscos, incluindo a criação de reserva de emergência, uso de seguros e diversificação de investimentos. No domínio comportamental, sobressaem a inteligência emocional para lidar com impulsos, a disciplina e consistência no cumprimento do plano financeiro, a mentalidade de crescimento e a tomada de decisão racional baseada em dados e análises. Essas competências, articuladas, permitem que o indivíduo compreenda conceitos financeiros essenciais e adote atitudes que sustentem escolhas eficazes, conscientes e responsáveis.

Assim, ser financeiramente inteligente significa planejar e controlar a vida financeira, administrar receitas e despesas, evitar o endividamento, poupar e investir com propósito, assegurando equilíbrio, segurança e bem-estar econômico. Dessa forma, não se deve falar em Moçambique de IF antes de elevar o nível de EF, que constitui a base para o desenvolvimento da IF, e para a promoção da inclusão econômica

sustentável em Moçambique. Recomenda-se que instituições como o Banco de Moçambique e a Bolsa de Valores intensifiquem programas de educação financeira para crianças, jovens e adultos, e que futuras pesquisas empíricas aprofundem o tema, aplicando metodologias quantitativas e qualitativas que permitam avaliar o impacto real da alfabetização financeira na transformação social e econômica do país.

Recebido em: editora

Aprovado em: editora

Referências

ALEXANDRE, F.; CONRARIA, L. A.; BAÇÃO, P.; PORTELA, M. A poupança em Portugal. Universidade do Minho. 2011.

ÁVILA, C. A. Contabilidade básica. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010.

BÄCHTOLD, C. Contabilidade básica. Curitiba: Brasil, 2018.

BANCO DE MOÇAMBIQUE. Educação financeira. Maputo: Banco de Moçambique, [2024]. Disponível em: <https://www.bancomoc.mz/pt/aprenda-mais/portal-do-consumidor-financeiro/educacao-financeira/>. Acesso em: 16 Jul. 2024.

BANCO DE MOÇAMBIQUE. Portal do Consumidor Financeiro. Maputo: Banco de Moçambique, [2025]. Disponível em: <https://www.bancomoc.mz/pt/aprenda-mais/portal-do-consumidor-financeiro/direitos-e-deveres-dos-consumidores-financeiros/>. Acesso em: 05 Dez. 2025.

BARBOSA, C. Disciplina: o que é e como desenvolver? Assinvexis, 2022. Disponível em: <https://assinvexis.org/artigos/disciplina-o-que-e-e-como-desenvolver/> Acesso em: 16 Out. 2024.

BARBOSA, N. P.; SANTOS, I. M.; KOPKE, V. D. C; PEREIRA, G. A. A Inadimplência das Famílias Brasileiras: uma Análise dos Fatores Econômicos. Cadernos de Estudos Interdisciplinares, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 53–68, 2023.

BATISTA, R. J. B. T. Mercado Segurador. 2021. Dissertação (Mestrado em Analise Financeira) - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/37381>.

BOMFIM, C. A. G. P. Planejamento financeiro e orçamento operacional em uma microempresa. 2007. Graduação (Bacharel em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/21951>.

BROCHADO, A.; MENDES, V. LITERACIA FINANCEIRA E POUPANÇA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. **Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários**. 75-98. 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/23754>.

BOLSA DE VALORES DE MOCAMBIQUE. **Perguntas frequentes**. Maputo: Bolsa De Valores De Moçambique, [2024].

CAMARANO, A. A.; FERNANDES, D. A previdência social brasileira. In: **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. 2016.

CARVALHO, C. C.; CARVALHO, M. Corrida dos ratos. **Jornal liberdade**, 2024.

CERBASI, G. P. **Como organizar sua vida financeira**: Inteligência financeira pessoal na prática. São Paulo: Elsevier, 2009.

CERBASI, G. P. **Como organizar sua vida financeira**. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

DE QUEROZ COSTA, Emilso Alves et al. Gestão das finanças pessoais: uma vida economicamente correta. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE**, v. 6, n. 3, p. 71-71, 2021.

COSTA, E. A. Q.; SOUZA, D. S.; AMARAL, I. S. Gestão das finanças pessoais: uma vida economicamente correta. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE**, /S. l./, v. 6, n. 3, p. 71, 2021.

COZER, F. Regra 50-30-20: Aprenda um método para conseguir economizar hoje. **Uol Economia**, s.d.

CUNTO, M. F. A divulgação de conteúdo pelo canal primo rico no youtube: gatilhos mentais na educação financeira. **Universidade Franciscana, Santa Maria, RS**. 2021. Disponível em:

<https://lapecpp.wordpress.com/wp-content/uploads/2021/11/mauricio-finger-cunto.pdf>. Acesso em: 17 Out. 2024.

DINIZ, J. Opinião: o que é riqueza plena. **Uninassau**, 2023. Disponível em: <https://www.uninassau.edu.br/noticias/o-que-e-riqueza-plena>. Acesso em: 17 Out. 2024.

FERRAZ, V. Inteligência Emocional e Financeira: O Caminho para Equilíbrio e Prosperidade. **Febracisguarulhos**, 2024.

BOLSA DE VALORES DE MOCAMBIQUE. **Perguntas frequentes**. Maputo: Bolsa De Valores De Moçambique, [2024].

FIDELIDADE ÍMPAR. **Seguros**. Maputo: Fidelidade Ímpar, [2024]. Disponível em: <https://www.fidelidadeimpar.co.mz/PT/seguros/seguros/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 16 Jul. 2024.

FLORÊNCIO, M. N. S.; COSTA, M. L. S.; ESCOBAR, M. A. R.; PERONE, V. M. A., Gestão das finanças pessoais: um estudo com alunos de administração de uma universidade pública. **Essentia-Revista de Cultura, Ciência e Tecnologia da UVA**, v. 21 n. 2. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36977/ercct.v21i2.360>.

FRADE, C. C. F. **A regulação do sobreendividamento**. 2008. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. (6^a ed.). Atlas. São Paulo: Brasil, 2017.

GOMES, G. Quais os tipos de mindset? Diferenças e como usar em vendas. **Agendor**, s.d. Disponível em: <https://www.agendor.com.br/blog/tipos-mindset/>.

GUERRA, F.; TANEJA, I. J. **Mercado financeiro**. (3 ed). Florianópolis, 2014.

GUIA, M. C.; SOARES, J. L. J.; GOMES, D. W. R.; CHRISOSTOMO, E.; Finanças comportamentais: a relação entre o nível de educação financeira e os vieses cognitivos. **Entrepreneurship**, v.7, n.2, p.1-14. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.6008/CBPC2595-4318.2023.002.0001>

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANCA SOCIAL. Missão, visão e valores. **INSS**, 2024. Disponível em: <https://www.inss.gov.mz/missao-visao-e-valores/>. Acesso em: 20 Ago. 2024.

IVANOWSKI, L. O. **Finanças Pessoais: Estudo De Caso Com Alunos De Ciências Contábeis Da Universidade De Brasília**. Mamografia (Bacharel em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília. 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/12236>.

JARDIM, A. P. L.; SOARES, L. R. D. L. Alternativas de investimentos em renda fixa e renda variável. **Revista científica eletrônica de Ciências Aplicadas da FAiT**, v.2, p.1-14. 2020.

JOSÉ, M. L. **Corporate Governance no Sistema Financeiro Moçambicano**. Dissertação (Mestrado em Estratégia de Investimento e Internacionalização) – Business e Economics School, Instituto Superior de Gestão, Lisboa. 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/44118>.

JUNIOR, N. C. A. C.; GOULART, M. A. O. V. **Mercado de capitais**. Florianópolis: UFSC, Departamento de ciências da administração. 2011.

KLAPPER, L., LUSARDI, A.; VAN OUDHEUSDEN, P. Financial literacy around the world. **World Bank**. Washington DC: World Bank, v.2, 218-237. 2015. Disponível em: https://media.hotnews.ro/media_server1/document-2015-11-19-20605811-0-finlit-paper-16-f2-singles.pdf.

LAGO, J. D. **Investimentos temporários ou investimentos permanentes**: investir de forma adequada para aumentar os resultados. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) - Centro de Ciências Econômicas, Contábeis e Comércio Internacional, Universidade de Caxias do Sul. Caxias do sul, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/handle/11338/1675>. Acesso em: 22 Ago. 2024.

LOPES, F. N. M.; DE ANDRADE, M. L. (2020). Alfabetização Financeira: Mapeamento dos antecedentes da Tomada de Decisão em relação às Finanças Pessoais. **Revista Horizontes Interdisciplinares da Gestão**, v.4, n.2, p.22-44.

MAGALHÃES, L. G. **O Valor do Dinheiro no Tempo**. 2015,

MARQUES, J. R. Inteligência financeira: por que desenvolvê-la e como fazer isso?

IBC, 2024. Disponível em:

<https://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching-e-financas/inteligencia-financeira/>.

Acesso em: 22 Ago. 2024.

MARTINS, B. O. Poder dos juros compostos. **Folha Real**, 2021. Disponível em:
<https://folhareal.com.br/2021/06/23/o-poder-dos-juros-compostos/> Acesso em: 22 Ago. 2024.

MAUAD, R. P. **Mercado financeiro e de capitais**. Editora Senac, São Paulo. 2023.

MOURA, R. A. D. Consumo ou consumismo: uma necessidade humana? **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 14, 2018. Disponível em: <https://revistas.direitosbc.br/fdsbc/article/view/931>.

NEVES, A. R. T. **Gestão de Ativos na Área Seguradora do Ramo Vida**. 2020.

NUNES, T. F. **Finanças pessoais: o impacto da reserva de emergência na saúde financeira dos estudantes da UFRGS em tempos de COVID-19**. Monografia (Bacharel em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/237821>.

NYARI, N. L. D.; PORTELA, J. D. A.; BÖHM, G. T.; BOHM, S. I. H.; PINHEIRO, S. L. Inteligência Financeira: Estudo de Caso com Colaboradores de uma Multinacional de Alimentos. **Vivências**, [S. l.], v. 16, n. 31, p. 27–48, 2020. DOI: 10.31512/vivencias.v16i31.109.

Oliveira, C. M. **Manual de Introdução à Economia**. ISLA. 2008.

PACHECO, M. B. **Como os gatilhos mentais são usados dentro das estratégias de lançamento de um infoproduto?** Monografia (Bacharel em Publicidade e Propaganda) - Faculdade de Artes e Comunicação, Universidade de Passo Fundo. 2021. Disponível em: <http://repositorio.upf.br/handle/riupf/2304> (2022).

PESENTE, R. **Mercados financeiros**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

PRADO, A. F. **Marketing Digital Completo com Estratégias e Gatilhos Mentais**. Clube de Autores, 2020.

RAMOS, R. H. The Impact of Financial Education on the level of Financial Inclusion in Mozambique. **Interdisciplinary Journal of Applied Science**, [S. l.], v. 7, n. 12, 2023. DOI: 10.18226/25253824.v7.n12.10.

RAMOS, R. H; MAZALO, J. V. Metodologias de Investigação Científica: passos para elaboração de artigos científicos. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 137–155, 2024. DOI: 10.36732/riep.v6i2.398.

RAMOS, R. H.; MUTINIUA, O. F. C.; EMÍLIO, L. F.; MUHINANHA, B. Tax revenues as sources of public revenue: incidence, assessment, settlement, collection and their application to public expenditure by the State. **REVES - Revista Relações Sociais**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 18615, 2024. DOI: 10.18540/revesv17iss1pp18615.

RAMOS, V. A. **Educação financeira nas escolas: uma análise da educação financeira dos professores da rede básica de ensino de São José do Egito-PE**. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. 2021.

REIS, T. Custo de oportunidade: entenda o que é e como analisá-lo. **Suno**. 2023. <https://www.suno.com.br/artigos/custo-oportunidade/>. Acesso em: 2 Out. 2024.

ROCHA, A. O.; CAMPOS, A. C. D.; SILVA, E. M. D.; NASCIMENTO, J. T. D.; OLIVEIRA, T.; **Como os gatilhos mentais do marketing influenciam no consumo**. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. 2021.

ROSA, S. S. A importância da educação financeira para aumento de eficiência no planejamento e controle de finanças pessoais. **Administração de Empresas em Revista**, v.3, n.25, p.51-74, 2021.

ROTHBARD, M. N. **O que o Governo Fez com o Nosso Dinheiro?**. LVM Editora, 2022.

SCHMITZ, L. R.; PIOVESAN, J. I.; BRAUM, L. M. S. Finanças pessoais: percepções sobre a alfabetização financeira e o bem-estar financeiro / Personal finance: perceptions of financial literacy and financial well-being. **Brazilian Journal of Business**, [S. l.], v. 3, n. 1, p.724–746, 2021.

SELAN, B. **Mercado financeiro**. UniSEB-Centro Universitário. Editora Universidade Estácio de Sá, 2015.

SILVA, A. R.; BERTOLOZZI, R. Liberdade financeira. uma boa gestão do seu planejamento financeiro. In **Anais do UNIC-Congresso de Iniciação Científica**, Congresso de Professores e Congresso de Pós-Graduação .v.5, n.1, pp.115-115, 2022.

SILVA, E. J. A. D. **Reversão de preferências entre bens substitutos e não-substitutos: uma perspectiva comportamental**. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) - Centro Socio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina. 2022.

SILVA, P. C. C. A contabilidade e o gerenciamento das finanças pessoais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 12, p. 23–30, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i12.7968.

SOUZA, D. P. **A importância da educação financeira infantil**. Centro Universitário, 2012.

VALERO, I. C. F. **Educação financeira na infância: uma análise sobre a interdisciplinaridade da educação financeira na base curricular das escolas**.

Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. 2020.

VELTER, F.; MISSAGIA, L. R. **Manual de contabilidade teoria e mais de 650 questões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

VIEIRA, M. G. **Introdução aos seguros**. Vida Econômica Editorial, 2012.

ZRUEL, B. **Eu vou te ensinar a ser rico: três passos simples para**. São Paulo: Ed. Gente, 2016.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional